de Mora, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 enfermeira	40\$500
1 andante	13\$500
1 secretário	200\$500
1 médico	2.400\$500

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António Lopes Mateus*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:722

Sendo insuficiente a verba inscrita, pelo decreto n.º 19:585, de 14 de Abril de 1931, no orçamento do Ministério do Interior para o actual ano económico;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a importância de 10:000.000\$ a verba de 10:000.000\$ inscrita pelo decreto n.º 19:585, de 14 de Abril de 1931, no orçamento do Ministério do Interior decretado para o ano económico de 1930-1931, onde constitui o capítulo 9.º «Despesas extraordinárias para a defesa da ordem pública», e o artigo 216.º, sob a rubrica «Despesas extraordinárias resultantes da situação anormal dos distritos do Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, derivada dos acontecimentos revolucionários ocorridos no mês de Abril de 1931».

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Maio de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição (Cultos)

Decreto n.º 19:723

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar, nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911,

que à Administração Geral da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência sejam definitivamente cedidos 750 metros quadrados de terreno do antigo palácio da Mitra, confinando pelo nascente e sul, respectivamente, com a Rua de Guilherme de Azevedo e com o Campo de Sá da Bandeira, na cidade de Santarém, como se vê do *croquis* que faz parte integrante do processo de cedência, para ai ser construída uma filial da instituição cessionária, mediante o preço ou indemnização única, para os efeitos do citado artigo 104.º, de 40\$ por metro quadrado, que serão pagos à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais logo após a publicação deste decreto, que fica sem efeito se ao terreno fôr dada aplicação diversa da aqui consignada.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José de Almeida Eusébio*.

Decreto n.º 19:724

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar, nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911, que à comissão administrativa da Junta de Freguesia de Vilar de Besteiros, concelho de Tondela, sejam definitivamente cedidos, para instalação da sua sede e arquivo e de uma escola de ensino primário geral e recreio dos alunos, o edificio do antigo presbitério e o seu anexo, ambos em ruínas, com o respectivo quintal, mediante a indemnização única, para os efeitos do citado artigo 104.º, de 1.000\$, que serão pagos à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Tondela, logo após a publicação deste decreto, que fica sem efeito se a cessionária não der aos bens cedidos a aplicação aqui consignada e se as obras de adaptação não estiverem concluídas no prazo de dois anos, contados da data deste diploma.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 8 de Maio de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José de Almeida Eusébio*.

Decreto n.º 19:725

Considerando que, pela corporação fabriqueira da freguesia da Tourega, concelho e distrito de Évora, foi requerida autorização para trocar as ruínas da capela de Santa Comba, pertencente ao Estado, e à mesma corporação entregue, em uso e administração, em virtude da portaria n.º 6:022, de 20 de Março de 1929, por um terreno que circunda pelo sul a igreja paroquial da mesma freguesia e por um compartimento denominado «casa paroquial», situado sobre uma das sacristias da referida igreja, que são propriedade do cidadão Alberto Leger Rosado de Carvalho;

Considerando que, segundo informação da comissão administrativa dos bens cultuais do concelho de Évora, as ruínas da capela de Santa Comba são de valor inferior ao terreno e compartimento acima referidos;

Considerando que os bens que o Estado recebe em troca da capela são destinados ao acrescentamento do adro da igreja e de uma rua pública e para se constituir uma habitação para o guarda e servo da igreja; e

Atendendo a que para o Estado não há senão vantagem na troca, para que foi solicitada a competente autorização;